

Sumário

Nota à segunda edição	23
Apresentação	25

Capítulo I – Teoria geral do Direito Processual do Trabalho

1. Do conflito trabalhista	27
2. Das formas de solução do conflitos trabalhistas	29
3. Da Conciliação	33
3.1. Homologação de transação extrajudicial pelo Juiz do Trabalho	36
3.2. Consequências da supressão da expressão “ conciliar e julgar” do art. 114, da Constituição Federal	36
4. Das comissões de conciliação prévia	37
4.1. Conceito	37
4.2. Obrigatoriedade ou facultatividade?	38
4.3. Efeitos da transação na Comissão de Conciliação Prévia (eficácia da quitação)	41
5. Arbitragem no Direito Processual do Trabalho	44
6. Da jurisdição	48
6.1. Da lide	48
6.2. Da pretensão	49
6.3. Da demanda	49
6.4. Do conceito e características da jurisdição	49
6.5. Princípios da jurisdição	50
6.6. Espécies de Jurisdição	51
7. Do processo	52
7.1. Dos pressupostos processuais	54
8. Da ação	56
8.1. Conceito	56
8.2. Das condições da ação	57
8.3. Interesse processual	58
8.4. Legitimidade	60
8.5. Possibilidade jurídica do pedido	60
8.6. Teoria da asserção quanto às condições da ação	61
8.7. Da avaliação das condições da ação no Processo do Trabalho e a postura do Juiz do Trabalho. Aplicação da teoria da asserção	62
8.8. Da carência da ação	64

9. Do mérito do processo	65
10. Dos princípios constitucionais do processo	65
10.1. Dos princípios constitucionais do processo em espécie	67
10.1.1. Devido processo legal	67
10.1.2. Princípio do Juiz e do Promotor Natural	68
10.1.3. Princípio da igualdade	70
10.1.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição	70
10.1.5. Princípio do contraditório e ampla defesa	71
10.1.6. Princípio do duplo grau de jurisdição	72
10.1.7. Princípio da motivação das decisões judiciais	73
10.1.8. Princípio da publicidade	74
10.1.9. Princípio da vedação da prova ilícita	75
10.1.10. Princípio da duração razoável do processo	75
11. Princípios do Processo Civil previstos na Lei Ordinária e que são aplicáveis ao Processo do Trabalho	78

Capítulo II – Do Direito Processual do Trabalho

1. Conceito de Direito Processual do Trabalho	83
2. Posição enciclopédica do Direito Processual do Trabalho. Autonomia do Direito Processual do Trabalho	85
3. Dos princípios peculiares do Direito Processual do Trabalho	90
3.1. Protecionismo temperado ao trabalhador	90
3.2. Informalidade	92
3.3. Conciliação	92
3.4. Celeridade	94
3.5. Simplicidade	94
3.6. Oralidade	94
3.7. Majoração dos poderes do Juiz do Trabalho na direção do processo	95
3.8. Subsidiariedade	96
3.9. Função social do Processo do Trabalho	96
4. Das fontes do Direito Processual do Trabalho	97
5. Interpretação do Direito Processual do Trabalho	103
6. Da aplicação subsidiária do Direito Processual Civil ao Direito Processual do Trabalho e as lacunas da CLT	106
7. Da vigência da norma processual trabalhista e as regras de direito intertemporal	116
8. Processos em curso oriundos das Justiças Estadual e Federal quando da vigência da EC n. 45/04 e as regras de direito intertemporal	117
9. Das espécies de procedimentos no Processo do Trabalho	118
10. Do procedimento para as ações que não envolvam parcelas trabalhistas <i>stricto sensu</i>	119

Capítulo III – Organização da Justiça do Trabalho brasileira

1. Referências históricas e evolução da Justiça do Trabalho brasileira	123
2. Dos órgãos da Justiça do Trabalho	129

3. Das garantias da Magistratura do Trabalho	130
4. Do acesso à Magistratura do Trabalho	131
5. Do Juiz do Trabalho e das Varas do Trabalho	136
6. Dos Tribunais Regionais do Trabalho	137
7. Do Tribunal Superior do Trabalho	140
8. Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	141
8.1. Dos Distribuidores	143

Capítulo IV – Do Ministério Público do Trabalho

1. Conceito e origem	145
2. Princípios do Ministério Público	146
3. Do Ministério Público do Trabalho	147
4. Da prerrogativa do Procurador do Trabalho de sentar-se ao lado do Juiz do Trabalho nas audiências trabalhistas	149
5. Da competência do Ministério Público do Trabalho	150
6. Formas de atuação do Ministério Público do Trabalho	151
6.1. Judicial	151
6.2. Extrajudicial	154
6.2.1. Inquérito Civil Público	155
6.2.2. Termo de Ajuste de conduta	156

Capítulo V – Competência da Justiça do Trabalho

1. Do conceito de competência	158
2. Competência material da Justiça do Trabalho brasileira após a EC n. 45/04 e da competência em razão da pessoa	161
3. Da Competência material da Justiça do Trabalho	164
3.1. Controvérsias oriundas e decorrentes da relação de trabalho	164
3.1.1. Do conceito de relação de trabalho	164
3.3. Competência da Justiça do Trabalho para apreciar as lides oriundas da relação de trabalho	168
3.4. Competência da Justiça do Trabalho para as relações de trabalho que configuram relação de consumo	173
3.5. Servidor público. Relação estatutária	177
3.6. Os contratos de empreitada e a pequena empreitada	178
3.7. Contratos de prestação de serviços	181
3.8. Entes de direito público externo	182
3.9. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho (inciso IX do art. 114, da CF)	186
4. Competência para as ações que envolvem o exercício do direito de greve	187
4.1. Da competência da Justiça do Trabalho para o julgamento da greve dos servidores públicos	189
4.2. Ações possessórias e interdito proibitório que decorre da greve	191
4.3. Ações indenizatórias que decorrem da greve	193
5. Ações sobre representação sindical	194

6. Habeas corpus	198
7. Mandado de Segurança	201
8. Habeas data	204
9. Competência penal da Justiça do Trabalho	205
10. Ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes da relação de trabalho	209
10.1. Danos na fase pré-contratual	212
10.2. Danos na fase pós-contratual	214
10.3. Da competência da Justiça do Trabalho para apreciação dos danos morais decorrentes do acidente do trabalho	215
10.4. Competência da Justiça do Trabalho para apreciar o dano moral em ricochete	218
11. Penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos da fiscalização do trabalho	221
11.1. Execução fiscal das multas decorrentes da fiscalização do trabalho	223
11.2. Órgãos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	224
11.3. Ações sobre o FGTS movidas em face da CEF	224
12. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	226
13. Da competência territorial da Justiça do Trabalho brasileira	229
13.1. Empregado brasileiro que trabalha no estrangeiro	234
13.2. Foro de eleição na Justiça do Trabalho	235
14. Competência funcional da Justiça do Trabalho	237
14.1. Competência funcional da Varas	238
14.2. Competência funcional dos Tribunais Regionais do Trabalho	240
14.3. Competência funcional do TST	242
15. Da modificação da competência na Justiça do Trabalho	245
16. Conflitos de competência entre órgãos que detêm jurisdição trabalhista	246

Capítulo VI – Das partes e Procuradores no Processo do Trabalho

1. Conceito de parte	249
2. Da capacidade para ser parte na Justiça do Trabalho	250
3. Da representação e assistência das partes na Justiça do Trabalho	252
4. Da representação do empregado menor de 18 anos na Justiça do Trabalho	255
5. Da capacidade postulatória da parte na Justiça do Trabalho — O <i>jus postulandi</i> da parte na Justiça do Trabalho. Aspectos críticos e perspectivas	255
6. Sucessão das partes no Processo do Trabalho	258
7. Da substituição processual (legitimidade extraordinária)	260
8. A substituição processual pelo sindicato no Direito Processual do Trabalho	262
8.1. Do rol de substituídos	265
8.2. Liquidação e Execução da decisão genérica	268
8.3. Substituição processual e interrupção da prescrição	269
9. Da regularização da representação processual	270
10. Do litisconsórcio no Processo do Trabalho	271
10.1. Conceito	271
10.2. Do litisconsórcio previsto na CLT	273

10.3. Do litisconsórcio necessário no Processo do Trabalho	274
10.4. Intervenção <i>iussu iudicis</i>	276
10.5. Litisconsórcio multitudinário	276
10.6. Prazo em dobro para os litisconsortes com patronos diferentes (art. 191 do CPC)	277
11. Do advogado na Justiça do Trabalho	278
12. Da procuração	280
13. Da procuração <i>apud acta</i>	281
14. Dos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho que decorrem da sucumbência	282
15. Dos honorários advocatícios previstos no Código Civil de 2002 e o Processo do Trabalho	285
16. Da assistência judiciária e justiça gratuita no Processo do Trabalho	287
16.1. Do deferimento da justiça gratuita ao empregador	289
17. Dos deveres das partes e procuradores	293
18. Da litigância de má-fé no Processo do Trabalho	295
19. Da possibilidade de condenação solidária do advogado por litigância de má-fé	297
20. Do assédio processual	299
20.1. Da reparação do assédio processual no âmbito trabalhista	305

Capítulo VII – Da Intervenção de Terceiros no Direito Processual do Trabalho

1. Da intervenção de terceiros e princípios que a orientam	307
2. Da compatibilidade da intervenção de terceiros com o procedimento trabalhista	308
3. Das espécies de intervenção de terceiros e sua aplicabilidade no Direito Processual do Trabalho	313
3.1. Assistência	313
3.2. Nomeação à autoria	314
3.3. Oposição	316
3.4. Oposição em Dissídio Coletivo de natureza econômica	318
3.5. Denúnciação da lide	320
3.6. Chamamento ao processo	325

Capítulo VIII – Dos Atos Processuais

1. Conceito de atos e fatos processuais	327
2. Princípios dos atos processuais no Processo do Trabalho	329
2.1. Publicidade	329
2.2. Limites temporais	329
2.3. Forma	330
2.4. Documentação	330
2.5. Preclusão	330
3. Da prática dos atos processuais por meios eletrônicos	331
3.1. Da Instrução Normativa n. 30/07 do TST, que regulamenta a prática de atos processuais por meios eletrônicos	333
4. Termo processual	340
5. Dos prazos processuais	341
6. Da contagem dos prazos processuais	342
7. Privilégios de prazo	345

8. Da comunicação dos atos processuais trabalhistas: citação, notificação e intimação	345
8.1. Da comunicação dos atos processuais por cartas precatórias, rogatórias e de ordem ..	347
9. Das despesas processuais no Processo do Trabalho	349
9.1. Custas processuais e emolumentos	349

Capítulo IX – Das Nulidades no Direito Processual do Trabalho

1. Conceito e espécies	353
2. Princípios das Nulidades	354
2.1. Prejuízo ou transcendência	354
2.2. Princípio da instrumentalidade das formas	355
2.3. Princípio da convalidação	356
2.4. Princípio da renovação dos atos processuais viciados ou saneamento das nulidades	358
2.5. Princípio do aproveitamento dos atos processuais praticados	359
2.6. Princípio do interesse	359

Capítulo X – Da prescrição no Direito Processual do Trabalho

1. Conceito e distinção com a decadência	361
2. Causas de interrupção, impedimento e suspensão da prescrição e o Processo do Trabalho	364
3. Prescrição na ação declaratória no Processo do Trabalho	368
4. Da prescrição intercorrente	369
5. Do momento da arguição da prescrição no Processo do Trabalho	371
6. Reconhecimento da prescrição de ofício no Direito Processual do Trabalho e aplicabilidade do § 5º do art. 219 do CPC	372
7. Prescrição aplicável para as ações que não envolvem uma parcela trabalhista <i>stricto sensu</i> e das ações em curso que vieram para o Judiciário Trabalhista	377
8. Da prescrição do dano moral decorrente da relação de trabalho	379
9. Prescrição dos danos materiais e morais decorrentes do Acidente de Trabalho	382
10. O não decurso do prazo prescricional enquanto a responsabilidade pelo fato lesivo estiver sendo apurada no juízo criminal	386
11. Regras de transição da prescrição e processos em curso oriundos da Justiça Comum para a Justiça do Trabalho e as regras de direito intertemporal quanto às reparações civis pelo acidente de trabalho	388

Capítulo XI – Da Petição Inicial no Direito Processual do Trabalho

1. Conceito e fundamentos	392
2. Requisitos da Petição Inicial Trabalhista	394
3. Requisitos da Inicial trabalhista exigidos pela CLT	395
4. Efeitos processuais da inicial	408
5. Da emenda e aditamento da inicial no Processo do Trabalho	408
6. Documentos que devem acompanhar a inicial trabalhista	409
7. Do indeferimento da petição inicial no Processo do Trabalho	410
8. Da inépcia da inicial trabalhista	413
9. Do recurso em face do indeferimento liminar da inicial no Processo do Trabalho	414

Capítulo XII – Da Audiência Trabalhista

1. Conceito	415
2. Princípios da Audiência Trabalhista	416
3. Peculiaridades da Audiência Trabalhista	420
4. O Procedimento da Audiência Trabalhista quando há o comparecimento do Juiz do Trabalho e das partes	425
5. Da condução da Audiência pelo Juiz do Trabalho: ordem de oitiva das partes e testemunhas	426
6. Da importância do comparecimento das partes no Processo do Trabalho	427
6.1. Do atraso das partes e do Juiz do Trabalho à audiência	428
7. Da ausência do advogado	431
8. Da ausência do reclamante e a possibilidade de representação do empregado	431
9. Da possibilidade de aplicação da pena de confissão ao reclamante na audiência em prosseguimento	434
10. Da ausência do reclamado	437
11. Nomeação de curador especial para o reclamado revel	438
12. Ausência do reclamante e do reclamado	439
13. Da ausência do reclamado e presença do advogado (Súmula n. 122, do TST)	440
14. Da representação do reclamado em audiência. Efeitos. Condição de empregado do preposto. Súmula n. 377, do C. TST e efeitos	443
15. Efeitos processuais da representação do empregador por preposto que não ostenta a qualidade de empregado	451

Capítulo XIII – Da revelia no Direito Processual do Trabalho

1. Introdução	454
2. Do conceito de Revelia no Direito Processual Civil e no Direito Processual do Trabalho	455
3. Dos efeitos da Revelia no Direito Processual do Trabalho	458
4. Revelia e confissão no Direito Processual do Trabalho	460
5. Elisão da Revelia no Direito Processual do Trabalho	462
5.1. Nulidade da citação	462
5.2. Ausência motivada do preposto	464
6. Hipóteses de não aplicabilidade dos efeitos da Revelia no Direito Processual do Trabalho	465
6.1. Havendo pluralidade de réus, um contestar a ação	466
6.2. Se o litígio versar sobre direitos indisponíveis (artigo 351 do CPC)	467
6.3. Se a petição inicial não estiver acompanhada de documento essencial	468
7. A Revelia e a Pessoa Jurídica de Direito Público	469
8. A Revelia quando há necessidade de prova pericial	471
9. O Juiz do Trabalho diante da revelia	471

Capítulo XIV – Da Resposta

1. Conceito	476
2. Da contestação	477
2.1. Das preliminares da contestação	482
2.2. Da compensação e da retenção como matérias de defesa	488

2.3. Matérias que podem ser invocadas após a contestação	489
2.4. Da ordem de enumeração da matéria defensiva	490
3. Das exceções	491
3.1. Exceções de impedimento e suspeição	491
3.2. Procedimento das exceções de impedimento e suspeição	494
3.3. Exceção de incompetência	496
4. Da Reconvenção	498
4.1. Conceito e requisitos de admissibilidade	498
4.2. Do procedimento da reconvenção no Processo do Trabalho	500
4.3. Da Reconvenção nas ações de natureza dúplice na esfera processual do trabalho	503
4.4. Reconvenção de reconvenção no Processo do Trabalho	504

Capítulo XV – Das provas no Processo do Trabalho

1ª Parte – Teoria Geral das Provas no Processo do Trabalho

1.1. Do conceito e finalidade da prova	506
1.2. Objeto da prova	508
1.3. Das máximas de experiência e a prova no Processo do Trabalho	512
1.4. Da prova do Direito no Direito Processual do Trabalho	513
1.5. Princípios da prova no Direito Processual do Trabalho	514
1.6. A prova emprestada no Direito Processual do Trabalho	515
1.6.1. Requisitos para utilização da Prova Emprestada no Direito Processual do Trabalho .	518
1.7. Ônus da prova no Direito Processual do Trabalho	520
1.8. Da inversão do ônus da prova no Direito Processual do Trabalho	522
1.9. A revelia e a produção de provas no Direito Processual do Trabalho	525
1.10. Valoração da prova no Direito Processual do Trabalho	530
1.10.1. Da aplicação do princípio “ <i>in dubio pro operario</i> ” na valoração da prova pelo Juiz do Trabalho	531
1.11. Dos poderes instrutórios do Juiz do Trabalho	533
1.12. Da prova ilícita no Direito Processual do Trabalho	536
1.12.1. A prova ilícita e o Juiz do Trabalho	541

2ª Parte – Das Provas em Espécie

2.1. Interrogatório e depoimento pessoal	543
2.1.1. Dos conceitos de interrogatório e depoimento pessoal	543
2.1.2. Da compatibilidade do depoimento pessoal com o Processo do Trabalho e sua importância prática	546
2.2. Da confissão	549
2.3. Da prova documental	553
2.3.1. Da exibição de documentos	556
2.3.2. Documentos trabalhistas típicos	556
2.3.2.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social	556
2.3.2.2. Recibos de pagamento e quitação e cartões de ponto	557
2.3.2.3. Da oportunidade de juntada dos documentos	558

2.3.3. Da autenticidade dos documentos no Processo do Trabalho	559
2.3.4. Do incidente de falsidade no Direito Processual do Trabalho	560
2.4. Da prova testemunhal no Processo do Trabalho	562
2.4.1. Do conceito e admissibilidade da prova testemunhal no Processo do Trabalho	562
2.4.2. Da capacidade para ser testemunha. Das incapacidades, impedimentos e suspeições das testemunhas no Processo do Trabalho	565
2.4.3. Depoimento da testemunha menor de 18 anos no Processo do Trabalho	570
2.4.4. Número máximo de testemunhas no Processo do Trabalho	571
2.4.5. Da qualificação da testemunha. A testemunha que não porta documento poderá ser ouvida?	572
2.4.6. Da contradita	574
2.4.7. Da substituição das testemunhas	575
2.4.8. Da produção da prova testemunhal no Processo do Trabalho	576
2.4.9. Da acareação das testemunhas e testemunhas e partes	577
2.4.9.a. Da valoração da prova testemunhal pelo Juiz do Trabalho	578
2.4.9.b. Do falso testemunho no Processo do Trabalho e o Juiz do Trabalho diante do falso testemunho	580
2.5. Da prova pericial	581
2.5.1. Sistemática da realização das perícias	584
2.5.2. Valoração da prova pericial	585
2.5.3. Do pagamento dos honorários periciais	587
2.6. Da inspeção judicial no Direito Processual do Trabalho	590

Capítulo XVI – Sentença e Coisa Julgada

1ª Parte – Da Sentença Trabalhista

1. Conceito e natureza jurídica	592
2. Princípios da sentença trabalhista	595
3. Requisitos estruturais da sentença trabalhista	596
4. Classificação das sentenças	601
5. Nulidades da sentença	602
6. Possibilidade de julgamento <i>extra petita</i> ou <i>ultra petita</i> no Processo do Trabalho — Princípio da ultrapetição	608
7. Da inalterabilidade da sentença após a publicação	608
8. Da sentença de improcedência liminar (Aplicação do art. 285-A do CPC ao Processo do Trabalho)	610
8.1. Da compatibilidade do art. 285-A do CPC ao Processo do Trabalho	613

2ª Parte – Da Coisa Julgada no Direito Processual do Trabalho

9. Conceito. Coisa julgada material e coisa julgada formal	616
10. Limites subjetivos da coisa julgada	619
11. Limites objetivos da coisa julgada	620
12. Dos efeitos da coisa julgada criminal no Processo do Trabalho	623
13. Relativização da coisa julgada material no Processo do Trabalho	625

Capítulo XVII – Dos Ritos Sumaríssimo e Sumário no Processo do Trabalho

1. Dos ritos sumário e sumaríssimo trabalhistas	629
2. Do rito sumário	630
3. Do rito sumaríssimo	631
3.1. Da obrigatoriedade ou facultatividade do rito sumaríssimo	632
3.2. Da possibilidade de conversão do rito sumaríssimo para ordinário	633
3.3. Da aplicabilidade do rito sumaríssimo	634
3.4. Requisitos da petição inicial no rito sumaríssimo e possibilidade de emenda da inicial	636
3.5. Da citação por edital no rito sumaríssimo	637
3.6. Aspectos do procedimento sumaríssimo	638

Capítulo XVIII – Recursos no Processo do Trabalho

1ª Parte – Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas

1.1. Dos recursos — conceito, fundamentos e natureza jurídica	643
1.2. Princípios dos recursos trabalhistas	645
1.2.1. Duplo grau de jurisdição	645
1.2.2. Taxatividade	648
1.2.3. Singularidade ou unirrecorribilidade	649
1.2.4. Fungibilidade	650
1.2.5. Proibição da <i>Reformatio in pejus</i>	652
1.2.6. Variabilidade	653
1.3. Da remessa necessária ou recurso de ofício	655
1.4. Recursos e direito intertemporal	656
1.5. Decisões irrecorríveis no Processo do Trabalho	658
1.5.1. Decisão interlocutória	658
1.5.2. Dissídios de alçada (irrecorribilidade)	660
1.5.3. Despachos	662
1.6. Pressupostos recursais	663
1.6.1. Pressupostos recursais intrínsecos ou subjetivos	664
1.6.2. Pressupostos recursais extrínsecos ou objetivos	668
1.7. Efeitos dos recursos trabalhistas	677
1.7.1. Do efeito devolutivo	677
1.7.2. Efeito translativo	681
1.7.3. Regressivo	682
1.7.4. Substitutivo	683
1.7.5. Suspensivo	683
1.8. Do processamento dos recursos trabalhistas	684

2ª Parte – Dos Recursos Trabalhistas em Espécie

2.1. Do Recurso Ordinário	685
2.1.1. Conceito e requisitos	685
2.1.2. Da Súmula impeditiva de recursos prevista no art. 518 do Código de Processo Civil e o recurso ordinário	687

2.1.3. O parágrafo 3º do art. 515 do CPC e a teoria da causa madura e sua aplicação no Recurso Ordinário Trabalhista	691
2.1.4. O parágrafo 4º do art. 515 do CPC (Saneamento das Nulidades no Recurso Ordinário)	696
2.2. Recurso de Revista	699
2.2.1. Conceito	699
2.2.2. Requisitos específicos do recurso de revista	701
2.2.2.1. Pressupostos objetivos	701
2.2.2.2. Pressupostos subjetivos	701
2.2.3. Hipóteses de cabimento	704
2.2.4. Execução de Sentença	708
2.2.5. Rejeição Liminar do Recurso de Revista pelo Relator	708
2.2.6. Recurso de Revista no rito sumaríssimo	709
2.2.7. Transcendência no Recurso de Revista	710
2.2.8. Efeitos do Recurso de Revista	712
2.2.8.1. Efeito devolutivo	712
2.2.8.2. Efeito Suspensivo no Recurso de Revista	714
2.3. Dos embargos de declaração	714
2.3.1. Conceito e natureza jurídica	714
2.3.2. Hipóteses cabíveis	715
2.3.3. Caráter infringente dos Embargos (Efeito modificativo)	716
2.3.4. Embargos de declaração em face de decisão interlocutória	717
2.3.5. Embargos de declaração e contraditório	717
2.3.6. Embargos de declaração protelatórios e multa	718
2.3.7. Embargos de declaração e prequestionamento	719
2.3.8. Do processamento dos embargos de declaração	720
2.4. Agravo de Instrumento	721
2.5. Agravo de petição	724
2.5.1. Delimitação das matérias objeto da controvérsia	726
2.5.2. Procedimento	727
2.6. Do recurso adesivo no Processo do Trabalho	728
2.6.1. Compatibilidade com o Processo do Trabalho e requisitos	729
2.7. Pedido de Revisão	730
2.8. Embargos no TST	731
2.8.1. Embargos infringentes	732
2.8.2. Embargos de divergência	733
2.8.3. Embargos de nulidade	734
2.8.4. Processamento dos embargos no TST	735
2.9. Do recurso extraordinário no âmbito trabalhista	736
2.9.1. Da repercussão geral no recurso extraordinário	738
2.9.2. Do processamento do recurso extraordinário	739
2.10. Do agravo regimental	740

Capítulo XIX – Da Liquidação de Sentença Trabalhista

1. Do conceito de liquidação de sentença e sua natureza jurídica	742
2. Da liquidação por cálculos no Processo do Trabalho. Procedimento e impactos da Lei n. 11.232/2005	744
3. Se o reclamante não apresentar os cálculos, há prescrição intercorrente?	747
4. Liquidação por arbitramento	748
5. Liquidação por artigos	750
6. Da revelia na liquidação de sentença trabalhista	751
7. Da natureza da decisão que decide a liquidação no Processo do Trabalho e impugnabilidade	753
8. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho	755

Capítulo XX – Da Execução na Justiça do Trabalho

1. Introdução e aspectos críticos	756
2. Do conceito de execução trabalhista	757
3. Dos princípios da execução trabalhista	758
3.1. Primazia do credor trabalhista	758
3.2. Princípio do meio menos oneroso para o executado	759
3.3. Princípio do título	760
3.4. Redução do contraditório	761
3.5. Patrimonialidade	761
3.6. Efetividade	761
3.7. Utilidade	762
3.8. Disponibilidade	762
3.9. Função social da execução trabalhista	762
3.10. Subsidiariedade	763
3.11. Princípio da ausência de autonomia da execução trabalhista (procedimento sincrético)	764
3.12. Princípio do impulso oficial	765
4. Dos pressupostos processuais e condições da ação na execução	766
5. Do mérito da execução	768
6. Do título executivo	768
7. Títulos executivos judiciais	772
8. Títulos executivos extrajudiciais	775
9. Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho	779
10. Da competência para a execução trabalhista	780
11. Legitimidade para promover a execução	781
11.1. Ativa	781
11.2. Da legitimidade ativa do espólio e sucessores	782
11.3. (Cessionário) Da cessão do crédito trabalhista	783
11.4. Do sub-rogado	784
11.5. Da legitimidade passiva	785
12. Da responsabilidade patrimonial	786

13. Da responsabilidade patrimonial secundária	786
13.1. Sucessão de empresas (empregadores)	787
13.2. Da responsabilidade do sócio (Desconsideração da personalidade jurídica)	791
13.3. Do sócio que se retirou da sociedade há mais de 2 anos da data do ingresso da ação ...	796
13.4. Bens do cônjuge	798
13.5. Da responsabilidade do devedor subsidiário	799
13.6. Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento	801
14. Da fraude de execução no Processo do Trabalho	803
14.1. Da fraude de execução e fraude contra credores	807
14.2. Da fraude de execução (penhora de bem imóvel)	809
15. Do ato atentatório à dignidade da Justiça	811
16. Da execução provisória na Justiça do Trabalho	814
16.1. A nova execução provisória no Processo Civil e sua aplicabilidade no Processo do Trabalho	816
16.2. Da penhora de dinheiro na execução provisória	821
16.3. Execução provisória de obrigação de fazer	823
17. Da audiência de conciliação na execução	824
18. Da execução em face da massa falida e empresas em recuperação judicial	825
18.1. Da alienação de bens durante o procedimento de recuperação judicial e a sucessão para fins trabalhistas	828
19. Da execução das obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho	830
20. Execução em face da Fazenda Pública	833
21. Da execução de parcelas sucessivas	838
22. Execução da parcela previdenciária	839
23. Execução das multas administrativas aplicadas ao empregador pelos órgão de fiscalização do trabalho	845
24. Execução de sentença trabalhista por quantia certa contra devedor solvente	847
24.1. Do Procedimento da CLT	847
24.2. Do início da execução trabalhista e da citação do executado	849
24.3. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no CPC. Art. 475-J do CPC	851
24.4. Da aplicabilidade do artigo 475-J do CPC ao Processo do Trabalho	853
25. Da penhora	859
25.1. Conceito e efeitos da penhora	859
25.2. Da indicação de bens à penhora, constrição e garantia do juízo	861
25.3. Dos bens impenhoráveis	863
25.4. Da impenhorabilidade do bem de família	864
25.5. Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias	867
25.6. Da penhora de salário e do salário depositado em caderneta de poupança	869
25.7. Penhora de bens imóveis	873
25.7.1. Do registro da penhora do imóvel e sua consequência	876
25.8. Da penhora do imóvel hipotecado	877
25.9. Penhora do bem gravado com alienação fiduciária em garantia	880

25.10. Da penhora do bem gravado com <i>leasing</i>	882
25.11. Da penhora de crédito	883
25.12. Penhora no rosto dos autos	884
25.13. Penhora de faturamento	885
25.14. Da penhora de empresa e do estabelecimento comercial	886
25.15. Substituição de penhora	888
25.16. Mais de uma penhora sobre o mesmo bem (Concurso de credores na Justiça do Trabalho)	889
25.17. Do auto de penhora	890
26. Da avaliação do bens penhorados	891
27. Do depósito dos bens penhorados e depositário	894
28. Depositário infiel — prisão determinada pelo Juiz do Trabalho	896
29. Dos meios de defesa do executado e terceiro em face da execução	898
29.1. Embargos à execução (Título executivo judicial)	898
29.1.1. Do conteúdo dos embargos à execução	900
29.1.2. Do processamento dos embargos à execução	905
30. Embargos à execução por título executivo extrajudicial	907
30.1. Parcelamento da execução (art. 745-A do CPC) e sua compatibilidade com o Processo do Trabalho)	908
31. Da exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho	909
32. Dos embargos de terceiro	914

Da Fase de Expropriação de Bens

33. Da hasta pública	917
34. Formalidades da hasta pública	919
35. Expropriação	921
35.1. Arrematação — Legitimidade para arrematar	922
35.2. Da arrematação parcelada de bens imóveis (art. 690, do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/06) e sua compatibilidade com o Processo do Trabalho	925
35.3. Adjudicação	927
35.4. Remição da execução	929
35.5. Remição de bens	930
36. Lance mínimo	931
37. Lance vil	932
38. Lance vil no Processo do Trabalho	936
39. Impugnação da expropriação no Processo do Trabalho	940
40. Da adjudicação antes da hasta pública (art. 685-A do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/06) e o Processo do Trabalho	943
41. Alienação por iniciativa particular (art. 685-C do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/2006) e o Processo do Trabalho	945
42. Alienação por rede mundial de computadores	946
43. Suspensão e extinção da execução no Processo do Trabalho	947

Capítulo XXI – Procedimentos Especiais Trabalhistas

1. Inquérito judicial para apuração de falta grave	949
1.1. Do procedimento do inquérito judicial para apuração da falta grave	952
1.2. Efeitos da decisão proferida no inquérito para apuração de falta grave	954
1.3. Inquérito judicial para apuração de falta grave (natureza dúplice) e reconvenção	954
2. Dissídio coletivo	955
2.1. Dos conflitos coletivos trabalhistas e do interesse coletivo	955
2.2. Do poder normativo da Justiça do Trabalho brasileira	956
2.3. Do dissídio coletivo — conceito e espécies	960
2.4. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica	963
2.5. A questão do comum acordo nos dissídios de greve e a legitimidade do Ministério Público do Trabalho	968
2.6. Limites da competência normativa da Justiça do Trabalho brasileira	970
2.7. O poder normativo se transformou em arbitragem judicial após a EC n. 45/04?	972
2.8. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar?	973
2.9. Do procedimento no dissídio coletivo e questões processuais	974
2.9.1. Da revelia no dissídio coletivo	977
2.9.2. Da sentença normativa, recursos e coisa julgada no dissídio coletivo	978
3. Da ação de cumprimento	980
3.1. Competência da Justiça do Trabalho para a ação de cumprimento	982
3.2. Legitimidade	983
3.3. Dilação probatória	984
3.4. Prescrição	985

Capítulo XXII – Ações Cíveis Admissíveis no Processo do Trabalho

Das Tutelas de Urgência Previstas no Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho

1. Conceito e espécies	986
1.1. Da fungibilidade das tutelas de urgência	987
2. Da tutela antecipada e o Processo do Trabalho	989
2.1. Da impugnação da medida que aprecia a tutela antecipada no Processo do Trabalho ..	995
2.2. Da execução da tutela antecipada no Processo do Trabalho	995
2.3. Da tutela antecipada das obrigações de fazer e não fazer e dar no Processo do Trabalho ...	997
2.4. A tutela antecipada em face da Fazenda Pública	999
3. Da tutela inibitória e sua aplicação no Processo do Trabalho	1000
4. Da tutela cautelar. Medidas cautelares e o Processo do Trabalho	1002
4.1. Teoria geral do Processo Cautelar	1002
4.2. Do poder geral da cautela do Juiz do Trabalho	1005
4.3. Espécies de medidas cautelares	1006
4.4. Do procedimento das medidas cautelares no Processo do Trabalho	1006
4.5. Das medidas cautelares em espécie	1010

5. Da ação rescisória na Justiça do Trabalho	1016
5.1. Conceito e natureza jurídica	1016
5.2. Hipóteses de cabimento da ação rescisória	1021
5.3. Legitimidade para propor a ação rescisória	1027
5.4. Competência	1027
5.5. Da revelia na Ação Rescisória	1028
5.6. Procedimento na Justiça do Trabalho	1028
5.7. Prazo para a propositura da ação rescisória	1033
6. Da Ação Civil Pública na esfera trabalhista	1034
6.1. Do conceito de Ação Civil Pública. Natureza jurídica e aplicabilidade no Processo do Trabalho	1034
6.2. Competência para as ações coletivas na Justiça do Trabalho	1038
6.3. Da legitimidade para a propositura da Ação Civil Pública	1040
6.4. Litispendência entre a ação civil pública e a ação individual	1042
6.5. Prescrição da pretensão nas ações coletivas trabalhistas	1043
6.6. Coisa julgada na Ação Civil Pública	1044
7. Da Ação Civil Coletiva	1046
8. Da ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho	1047
9. Ação anulatória na Justiça do Trabalho	1051
9.1. Ação anulatória de normas convencionais na Justiça do Trabalho	1054
9.1.1. Legitimidade	1058
9.1.2. Competência material	1062
9.1.3. Competência hierárquica ou funcional	1064
10. Correição parcial na Justiça do Trabalho	1067
11. Habeas corpus na Justiça do Trabalho	1070
11.1. Conceito e natureza jurídica	1070
11.2. Competência da Justiça do Trabalho	1071
11.3. Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho	1072
11.4. Competência funcional e procedimento	1075
12. Ação Monitória	1077
12.1. A Ação Monitória no Direito Processual do Trabalho	1082
12.2. Do procedimento da Ação Monitória na Justiça do Trabalho	1086
13. Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho	1087
14. O <i>habeas data</i> na Justiça do Trabalho	1093
Bibliografia	1097